VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS E GENOCÍDIO¹

VIEIRA, André Luiz Valim²

Resumo: Este artigo se propõe a refletir sobre o genocídio a partir de fundamentos e teorias sociais e políticas sobre a violência. Ao abordarmos o tema da violência procuramos efetuar uma simetria em relação aos direitos humanos ou direitos fundamentais. Em sua origem os direitos humanos tinham por função precípua a limitação da interferência do Estado na vida do indivíduo. Sendo este mesmo Estado o detentor do monopólio da violência e do *jus puniendi* procura eleger a partir disso, determinados bens jurídicos a serem tutelados penalmente. Ao prever a criminalização da prática de genocídio – Lei n.º. 2.889/56 – o legislador brasileiro procurou realizar garantias de proteção às perseguições ou extermínios de grupos étnicos, religiosos ou sociais. Todavia, buscaremos demonstrar a desatualização da legislação nacional na repressão à violência, incapaz de se evitar a ocorrência de genocídios em nosso país e o pior, do risco de essas ações serem diretamente realizadas pelo próprio Estado.

Palavras-chave: violência, direitos humanos, genocídio.

Abstract: This article to reflect on the genocide from foundations and theories about social and political violence. In approaching the issue of violence seek to make asymmetry with respect to human rights political violence. In its origin for human rights had primary function the limitation of state interference in people's lives. This being the same detenteor state monopoly of violence and demand jus puniendi choose from that certain legal rights to be safeguarded criminal. By providing for the criminalization of the practice of genocide – Law n.º. 2.889/56 – Brazilian lawmakers sought to make guarantees of protection from persecution of extermination of ethnic religious or social. However, we will seek to demonstrate the downgrading of national crackdown on violence, unable to prevent the occurrence of genocide in our country and the worst, the risk that these shares are held directly by the State.

Keys-word: violence, human rights, genocide.

1 Artigo elaborado a partir da pesquisa, dos estudos e discussões realizadas referente à disciplina Teoria Social e Reflexões sobre o Crime, a Violência e a Punição, ministrada pelo Prof. Dr. Luis Antonio Francisco de Souza no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília, no segundo semestre de 2011.

2 Advogado. Bacharel e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESP de Franca. Pesquisador-bolsista CAPES – Demanda Social. Graduando em Ciências Sociais da UNESP – Marília. Contatos: and.vieira@yahoo.com.br

Introdução

Talvez seja a violência a questão que mais incomoda o mundo na atualidade. Mesmo em tempos de crise política, econômica ou social, ou quando no predomínio de uma aparente ordem de paz, apresenta-se a violência como um “mal” permanente. Embora muitas vezes se procure justificá-la a partir de objetivos pretendidos, naturalizá-la como uma questão da ordem do instinto ou da (ir)racionalidade, ou mesmo acreditar limitar sua incidência através de penas e de prescrições jurídicas; jamais a violência esteve tão presente na ordem das discussões e estudos – dissecada a partir do interesse científico múltiplo e diverso – de vários ramos do saber humano. Entretanto, ainda assim se apresenta a violência em um estado de urgência teórica, política, social, econômica.

Procuramos neste artigo refletir sobre a violência a partir de referenciais teóricos e metodológicos centrados nas teorias sociais e no trabalho da transdisciplinariedade, conjugando a combinação além da proposta unicamente jurídico-normativa. Nesta primeira parte do trabalho procuro direcionar a atenção sobre o entendimento da violência frente aos direitos humanos em uma perspectiva de abordagem teórica a partir das referências das teorias sociais e jurídicas sobre o tema. Na segunda parte nos detivemos a elucidar as origens histórico-jurídicas daquilo que é conhecido atualmente como genocídio, erroneamente ampliado a toda forma de matança ou extermínio de vários sujeitos. Na terceira parte nos propusemos a tecer breves comentários sobre as legislações nacionais previsoras do crime de genocídio e respectivas penas.

A violência e a ordem das coisas frente aos direitos humanos.

A questão da violência procura encontrar subjetivação no limite da lei. Com a prescrição penal de determinados comportamentos proibidos circunscreve a esfera de atuação da vida do ser dentro de parâmetros de ação condizentes com uma verbalizada harmonia social. O crime como fato social recriminado pela sociedade procura encontrar na norma penal o aviso intimidador de contenção da violência sob a propugnação de aplicação de sanção àqueles que tomarem da violência para provocar lesão ou ameaça a determinados bens jurídicos tutelados penalmente.

Ainda que para o sistema de punição estatal o desejo de aplicação da reprimenda se satisfaça como questão resolvida, por si só é incapaz de possibilitar o real dimensionamento do problema da violência. Restringindo esta ao crime, quantifica-o no mundo da proposição normativa penal sem maior atenção acerca da múltipla complexidade e das inúmeras faces que este problema apresenta. Colocada como via dupla de realização: possibilitadora de prevenção, tendo em vista a intimidação realizada; e, como caráter retributiva, devolvendo à sociedade a expectativa de realização da justiça

na mesma medida de possibilitar amostras de punição ao criminoso; nem sempre perante a dogmática da criminalização se resolve o aspecto disforme da violência.

A violência tomada no âmbito do poder de punir do Estado apresenta um problemático corte jurídico mesmo quando revestido de proteção no âmbito dos direitos humanos ou direitos fundamentais. Considerar a violência como proibição somente não resolve relações complexas que envolvem o mundo do agir, derivados historicamente da religião, do poder ou da sociedade. Mediante uma racionalidade estigmatizante procura esconder – perante punições e prisões – a possibilidade de compreensão do problema; afinal, a ocultação é menos dolorosa perante a sociedade afeta pela violência ou pelo Estado desafiado em sua pretensa superioridade pela ocorrência do ilícito penal. Por essa lógica jurídica: crime e castigo, a violência se trasmuta em objeto assustador dedutível apenas no silogismo culpado ou inocente. Talvez na melhor das hipóteses se adapta em parâmetros de violência permitida a partir de excludentes normativas de antijuridicidade como a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o estado de necessidade; logo, possibilitadores de julgamento e de processamento mas sem a punição estatal para tanto. Nas lições de Foucault (2000, p. 41): “o suplício judiciário deve ser compreendido também como um ritual político. Faz parte, mesmo num modo menor, das cerimônias pelas quais se manifesta o poder.”

Segundo o magistério do penalista Raul Zaffaroni (2005, p. 72-73) a falsa proposição de que a cominação penal, isto é, a prescrição normativa criminal e a referida punição dela advinda tutela – reforçando ou reafirmando – algo é insuficiente. A atribuição destas funções à previsão criminal supõe que seja proporcionalmente mais forte a norma penal incriminadora quanto maior é a reação punitiva cominada. Sem dúvida, esta é uma dedução fundada sobre uma premissa que o direito penal acredita existir, a de que a pena cumpre alguma função preventiva na realidade social, ou seja, evita a realização de novas infrações. Por essa falsa crença o método jurídico penal está em vias de colapso, principalmente pela desvinculação do discurso jurídico-penal da política. Para o penalista e criminólogo argentino em alguns momentos o discurso jurídico parece cair em um vazio quando simplifica e esvazia de sentido político a discussão teórica sob risco de se limitar a um simplismo, muito em prática no positivismo penal do início do século XX. Outro risco consiste no fato de o discurso teórico penal não tomar em conta seus efeitos sociais reais, cabendo, por conseguinte inúmeras interpretações e culminando em uma arbitrariedade judicial.

A relação entre dogmática jurídico-penal e a política está eclipsada, opacada na visão do eminente autor, porque demasiada estreita dado que um discurso jurídico bem estruturado não é outra coisa senão um programa político elaborado com uma precisão pouca vezes antes realizada. Seguindo a mesma linha de raciocínio propugna: “Un discurso jurídico-penal es una elaboración intelectual que se le ofrece al poder judicial como proyecto de jurisprudencia coherente y no contradictoria, adecuado a las leyes vigentes [...]. Es en sí mismo una propuesta o programa político” (ZAFFARONI, 2005, p. 74).

Todavia, mais perigoso do que o campo normativo, se realmente existir uma

quantificação de riscos, é procurar equacionar a violência restritivamente ao campo dos bios enquanto campo da vida, a partir das ciências médicas e da natureza, colocando a problemática a partir de equações biológicas. Durante muito tempo a análise da violência estivera em um jogo de discussões somente no campo do jurídico ou da natureza. O que seria a violência, o crime fora dos muros do marco jurídico? Poderíamos sair unicamente do campo da dogmática penal para tomando um caminho por teorias outras procurar discutir a problemática da violência a partir de premissas sociológicas, filosóficas; entretanto, incapaz de efetuar a mesma exclusão e alienação tantas vezes realizada pela ciência criminal, tempos atrás? Até então violência normalmente sempre fora trabalhada como carência ou excesso (algo não aceito e que precisa ser expurgado, sendo uma ofensa ou sacrilégio seu estudo sob novas perspectivas. Não se pode, portanto, naturalizar a violência; torna-la como atributo instintivo natural do ser. Toda violência é indissociável da esfera do social, da política, das relações de poder no mesmo patamar em que necessita abraçar o campo das ciências criminais pois a esta é umbilicamente ligada.

A violência é sempre da ordem da necessidade, porque não há nela qualquer premissa de negociação ou de diálogo. Aquele que dela precisa para alcançar o seu fim dela se utilizará sem qualquer conotação de ingerência, diálogo ou concessão. Logo, a violência não se apresenta da ordem da liberdade porque é sempre instrumental. Aquele que a utiliza o faz visando sempre a um objetivo seu. Para Hannah Arendt (1970, p. 52) a violência é da ordem da política, pois nem ela – nem mesmo o poder – são fenômenos naturais, isto é, manifestações de um processo vital. Contrariamente, são criações e por isso pertencem eles ao setor político das atividades humanas a partir de suas manifestações do agir.

Ainda que muitas vezes o debate em torno das questões e causas da violência alcance diversas conotações a partir de diversificadas pesquisas em múltiplas áreas científicas sempre há o necessário espaço para discussões mais abrangentes, ou seja, que extrapolem o campo do lugar comum, da banalização ou da redução midiática dos fatos. Tomando a sociedade brasileira como parâmetro – independentemente de qual conotação – devemos ter em mente que a violência indubitavelmente reside na esfera de nossa realidade, seja tomada sob a ótica do profano – a partir da rejeição, da morte, do crime – ou sob o aspecto do sagrado envolvendo família, religião, ou mesmo direito. “A violência, nesse sentido, é uma chave compreensiva possível, mas não pode ser considerada variável explicativa. Ela é uma variável que requer explicação” (SOUZA, 2009, p. 15).

Sem dúvida, o maior risco das discussões sobre a questão da violência é a de legitimarmos a sua atuação dentro de um campo específico de reconhecimento, onde dela se utilizaria em suas formas e sob seus fundamentos, pois se encontraria permitido para alcançar o fim antevisto e esperado. Todavia, Arendt (1970, p. 51) mais uma vez nos alerta para os riscos destas práticas instrumentais violentas, por que: “se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado será não meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o organismo político.” Então a partir do momento em que se injetasse na cronologia da política as ferramentas da violência, logo, “a prática da violência

como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento.”

A violência embora seja passível de instrumentalização por todos os seres, historicamente se apresenta devidamente caracterizada nas ações dos Estados: passível de utilização desde pelo poder soberano, até mesmo o desposta ou o representante democrático. “Do mesmo modo do que outros agrupamentos políticos, o Estado é uma empresa de dominação de uns sobre outros, por meio do recurso à violência ou à ameaça de seu emprego. No entanto, trata-se de uma violência legítima, porque autorizada pelo direito” (ADORNO, 2002, p. 06). Seria o direito, portanto, a carta de autorização do uso da violência pela organização política organizada, possibilitando a diferenciação entre as ditas ações legitimadas socialmente e o uso desta como recurso de obtenção de objetivos restritos por meio da força bruta.

Mesmo possuindo o benefício do uso da violência, circunscrito a critérios de legalidade, outorgar tal arma na mão do Estado se torna de extremo risco à coletividade de sujeitos. A norma jurídica como caráter limitativo da injunção dos instrumentos de poder na vida do indivíduo se mostra extremamente fraca, insuficiente, posto que se apresenta manobra facilmente manipulável ao critério de exigência e interesse do soberano, principalmente se concomitante à manobras de manipulação das massas e dos instrumentos de legitimação do poder. Qual seria então a esfera maior de proteção do indivíduo e da sociedade frente à violência a ser exercida pelo Estado, se nem mesmo a regra jurídica positivada se mostra incapaz de garantir os direitos contra o arbítrio da força? Esse papel, em vez de ser exercido pela lei é primeiramente garantido pelo reconhecimento de direitos fundamentais das pessoas e dos grupos sociais.

Os direitos fundamentais se reconheceriam por se tratarem de uma reserva especial de direitos com o escopo de, em essencial, limitar a atuação e uma possível interferência do Estado na vida dos indivíduos, logo, reconhecidos estão como sujeitos de direitos. Poderíamos afirmar que “os direitos fundamentais asseguram aos cidadãos um feixe de direitos e garantias que não poderão ser violados por nenhuma das esferas do Poder Público” (ABBOUD, 2011, p. 64). Embora não exista uma forma unânime de estabelecer restrições conceituais para o devido entendimento, para a grande maioria dos estudiosos os direitos fundamentais seriam os direitos humanos da ordem interna do Estado, ficando o outro como o campo de reconhecimento de direitos imprescindíveis à qualquer um na esfera do internacionalismo.

O conceito de direitos humanos, largamente empregado na atualidade é ainda muito similar às formulações do Direito Natural dos séculos XVII e XVIII ao ter por função primordial regular a legitimidade dos sistemas políticos e dos ordenamentos jurídicos além, é claro, do consenso geral de constituírem uma garantia para sua dignidade e uma garantia – talvez a principal razão – para sua liberdade e demais direitos de cidadania (MARTINEZ, 2004, p. 19).

O resgate a esses conceitos e institutos de direitos humanos toma fôlego, no século XX, como uma solução por parte dos países após o segundo grande conflito bélico, ao medo e ao horror tendo em vista a iminência do extermínio mundial da vida humana em

totalidade: seja de um lado pela barbárie nazista dos campos de concentração e da ambição de dominação global; e, de outro pelo domínio (e efetiva utilização) da capacidade humana de destruição a partir da tecnologia atômica transformada em armas. “Atormentados com o possível retorno dos horrores presenciados neste período, a comunidade mundial criou mecanismos de proteção contra esta hipótese” (TSUNODA; BORGES, 2009, p. 67).

Para o entendimento dos direitos humanos a partir de uma visão integral devemos, além de entender todas as suas dimensões possíveis, ter como pressupostos a referência ao mesmo tempo: a uma pretensão moral justificadora, e; à sua recepção ou reconhecimento no direito positivo. Enquanto a justificação de sua pretensão moral consiste naqueles direitos que produzem os rasgos importantes derivados da matriz da dignidade humana; logo todos condizente àqueles direitos necessários a um desenvolvimento integral do ser humano. Ficando reservado à recepção no direito positivo como a condição para eficazmente se possa realizar sua finalidade. (MARTINEZ, 2004, p. 29). Por esses motivos que o termo, direitos fundamentais, parece trazer em sua forma de imposição uma visão mais completa, a se evitar cisões metodológicas ou conceituais que procuram se reduzir unicamente à dualidade jusnaturalismo-positivismo para em seus conteúdos agregar a coerência a partir da realidade material e substancial constatadas, irredutíveis – mesmo no campo dos direitos humanos – somente ao duelo entre direito natural e direito positivo. Traz assim em sua integralidade outros aportes filosóficos justificadores, mais integrado aos conflitos da realidade atual.

Os direitos humanos efetivamente reconhecidos no âmbito na grande maioria dos países somente passaram a ser protegido quando do término do segundo grande conflito bélico mundial na metade do século XX. Momento este em que o mundo reconheceu as atrocidades praticadas em ambos os lados da guerra, embora maior evidenciado o genocídio empreendido pelas forças nazistas alemãs.

Origens histórico-jurídicas do Genocídio.

A expressão genocídio e sua conotação como sendo novas concepções e técnicas para destruição de nações surgiu em meados da década de 1940 formulada pelo jurista Raphaël Lemkin ao utilizá-la em sua obra “Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress”, no capítulo IX intitulado “Genocide”, da primeira parte do livro publicado em novembro de 1944. Nesta primeira parte o autor, descendente de judeus, procurou analisar as técnicas de ocupação da Europa por forças militares alemãs e as práticas utilizadas por esses grupos no tratamento aos prisioneiros (LEMKIN, 1944, p. 79). A obra se encontra dividida em três partes, cabendo às restantes, ainda extensa explanação acerca dos aspectos de ocupação e administração do poder; e, por último, dos direitos de ocupação, a partir dos estudos de

diversos documentos jurídicos.

Este neologismo, genocídio, surgiu a partir da formulação do termo genocida formada pela junção do radical grego *genos* (referente a povo, família, origem) acrescido do sufixo latino *cidio* (a significar assassinato, morte). Para Lemkin a prática genocida utilizada pela Alemanha nazista tinha nítidos contornos de uma política de reestruturação demográfica e racial do continente europeu; todavia, na utilização do termo o autor não se limita a reconhecer como genocídio somente as práticas de extermínio – como temos na concepção moderna – mas em uma medida mais ampliada para conotar um plano integrado de diversas ações consistentes na política de domínio ariano que passavam pela questão econômica, de natalidade e de extinção de outras culturas que não a dominadora.

Segundo o tradicional Dicionário de Política (BOBBIO et al, 1998, p. 544) ampliando-se o alcance do conceito poderia ser entendido como genocídio diversas ações cujo mote principal tem por intenção impor sofrimento ou mesmo provocar o morticínio (no todo ou em parte) de pessoas pertencentes a grupos ligados por origens nacionais, étnicas, sociais, religiosas ou raciais. Para o alcance desta medida, inúmeras seriam as ações condizentes desde a limitação ao nascimento até mesmo às torturas físicas e psicológicas alcançando até o extermínio e morte de seus integrantes sem qualquer pudor ou restrição consciencial.

A grande sacada materializada na prática dos campos de extermínio pelo nacional-socialismo alemão envolveu a desconsideração dos atributos humanos, ou seja, os direitos e garantias daqueles que eram os perseguidos. Quando em posse de seus corpos o domínio exercido sobre seus prisioneiros envolvia o poder absoluto sobre aqueles seres. A partir disso valia-se da utilização da força de trabalho, do sofrimento e mesmo da morte como meios de poder sobre aquele povo descartável, sobre aquelas vidas ignóbeis.

A vida que não merece viver, aquela que é indigna, sem valor, portanto, sacrificável é a base sobre a qual se assenta a intenção de morte a ser realizada por meio da prática genocida. Para Agamben (2007, p. 90) a partir da politização da vida o locus sobre a decisão do limiar entre viver ou morrer assume novas feições para cotejar determinados indivíduos que seriam eliminados sem qualquer incriminação; além do que toda sociedade – até mesmo as mais modernas – fixam este campo de indeterminação elegendo os seus homens sacros. Aqueles seres insacrificáveis, mas cuja vida é matável sem maiores considerações de proteção.

Os Crimes de Genocídio.

A Lei nº. 2.889 de 01 de outubro de 1956, sancionada pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, e em vigência até os presentes dias, é a legislação brasileira que define as prática e as penas para o crime de genocídio. Posteriormente com o advento da Lei nº. 8.930/94 o crime de genocídio passou a ser considerado como

hediondo, portanto, insuscetível de indulto, graça ou anistia. Reconhecidamente no campo internacional penal na esfera dos crimes contra humanidade, merece atenção ainda o Decreto nº. 30.822/52 que serviu de instrumento de ratificação e anuência brasileira, em 1952, à Convenção para Prevenção e Repressão do Crime Genocídio e que serviu de base para a criação do dispositivo penal brasileiro.

Esta lei tem por objetivo a proteção e criminalização penal de atos atentatórios contra a existência do grupo racial, étnico, nacional ou religioso, a que possa pertencer e se identificar uma pessoa ou determinado número de pessoas, lesionadas ou diretamente atingidas a partir de seus atributos de identificação. Segundo a dogmática penal é um delito de caráter coletivo ou transindividual, pois se qualifica como crime contra a diversidade humana. A consumação, segundo a dogmática penal, ocorre mediante ações lesivas à vida, à integridade física, à liberdade de locomoção e a outros bens jurídicos individuais, constituem por si modalidade executórias.

Criada na década de 1950, portanto, nos dez anos seguintes ao período do conflito bélico da segunda grande guerra, a legislação brasileira tem por intuito estabelecer as penas para a prática de atos que importem por meio da violência à destruição total ou parcial por razões de discriminação e propostas de extermínio. Resultado direto ainda das consequências e lições aprendidas com a guerra em razão da divulgação pública das consequências da política de extermínio nazista, tal legislação procura prevendo punições, semelhantes à prática de homicídio a partir do código penal brasileiro; estabelecer penas privativas de liberdade idênticas àquelas previstas para as práticas de homicídio. Além de procurar mecanismos legais de contenção e repressão a esta prática a partir do processo de criminalização.

Isto porque aquilo que ocorreu nos campos de concentração nazistas supera em muito o conceito jurídico de crime, pois foram os locais em que ocorreram as maiores conditio inhumana que já tenha se dado sobre a Terra, embora não tenham se originado neste evento temporal porque, ao contrário, antes de representar uma anomalia ou um evento do passado é sim a matriz oculta, o verdadeiro nomos do espaço ao qual ainda estamos imersos. Isto porque seria basicamente o campo de concentração inauguraria um novo paradigma jurídico-político onde este local é onde a normalidade do exercício da exceção se realiza (AGAMBEN, 2007, p. 173-177).

A lei brasileira prescreve punições para a prática consumada bem como para a tentativa cuja finalidade se integre à previsão de ações do primeiro artigo. Ademais, procura reprimir e prever punição mediante agravamento da pena quando tal ato provier de autoridade pública ou governante, aumentando-se a pena em um terço à previsão da modalidade de prática ou tentativa por pessoas ou grupos que não ligadas diretamente às funções ou poderes do Estado.

Em 1984 uma reforma legislativa efetuou significativas modificações na parte geral do código penal brasileiro. Dentre estas mudanças fora incluído no artigo 7º, inciso I, letra “d”, acerca da territorialidade da aplicação da lei penal a previsão de jurisdição à lei pátria, mesmo se o fato ou tentativa ocorrer no estrangeiro, o crime de genocídio – a

partir da previsão da Lei n.º. 2.889/56 – quando o agente da prática genocida for brasileiro ou em sendo estrangeiro estiver domiciliado no Brasil. Ademais, esta legislação específica expressamente ainda que a prática de genocídio não se enquadre na hipótese de crime político quanto a efeitos de extradição, sendo portanto, plenamente possível a requisição ou a concessão de extradição pelo Estado brasileiro quando envolver o crime contra a humanidade de genocídio.

A legislação repressora e positivadora do crime de genocídio foi reconhecida como válida e vigente com recepção pela Constituição Federal de 1988 onde sem qualquer contradição continua a ser aplicada e plenamente apta a produzir efeitos processuais penais para o exercício do direito de punição pelo Estado à pessoa ou grupo que procure praticar atitudes genocidas. Posteriormente a partir da Lei n.º. 7.716 de 1989 a prática de racismo passou também a ser criminalizada no Brasil tendo especialmente o artigo 20 uma ligação direta com o crime de genocídio na medida em que procura combater as discriminações de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional enquanto procura ainda reprimir qualquer manifestação cuja relação tenha ligação com práticas ou propagandas nazistas, de qualquer natureza, cabendo ao poder público tomar as medidas para cessar ou evitar a discriminação – mesmo como um ato anterior de cogitação à implementação de práticas genocidas.

Considerações finais

A Lei n.º. 2.889 de 1956, é a legislação penal brasileira que procura tipificar penalmente como crime e prescrever as respectivas punições para todo aquele, pessoa ou grupo, que praticar violência com intenção de destruir grupo por suas características de etnia, raça, religião ou nacionalidade. A violência da prática genocida pode envolver desde ato de morte às pessoas membros de um grupo ou mesmo ações que tenham por iniciativa impedir o nascimento de novas pessoas descendentes destes grupos. O genocídio, segundo nossa legislação, pode envolver ainda práticas tendentes a lesionar a integridade física ou mental de qualquer pessoa causando sofrimento pelo fato de referidos sujeitos pertencerem a determinado grupo nacional, religioso ou étnico.

As penas previstas na legislação brasileira vão desde aquelas cominadas para prática de homicídio qualificado cuja pena de reclusão pode ser cominada de doze a trinta anos, quando a prática genocida ocasionar a morte. Quando o ato não causar a morte, todavia, infringir sofrimento é aplicada as mesmas penas da legislação penal dos crimes de lesão corporal de natureza grave. Percebemos, portanto, apenas citando estas duas formas de ações tendentes ao genocídio que se trata a Lei dos Crimes de Genocídio de norma penal incompleta ou imperfeita. Isto porque ela traz no seu preceito primário os verbos sobre os quais recai a tipificação penal, todavia, carente do preceito secundário consiste na pena. Para isto faz remissão ao Código Penal para poder se conhecer as penas para os quais os

agentes estão sujeitos, mediante processamento.

Percebemos pela análise da lei brasileira sobre os crimes de genocídio a preocupação do legislador em tipificar penalmente qualquer prática que pudesse levar a uma aproximação com os acontecimentos do período da segunda guerra mundial. Assim, embora o homicídio já fora de há muito tempo previsto como crime quando a matança ou a violência tivesse origem em critérios de discriminação por conta da nacionalidade, raça ou etnia, ou mesmo religião e fosse motivada pelo desejo de eliminação ou intenção de causar sofrimento pelo mesmo motivo também sofreria a recriminação social e posterior condenação por parte do Estado.

Entretanto, é temerário comemorar esta lei mesmo em tempos atuais de vigência do século XXI. Principalmente, porque constatamos que a violência é uma atividade constante na vida da sociedade e é mesmo um instrumento a serviço do Estado. Embora nossa legislação prescreva como crime o genocídio quando praticado por pessoas ou grupos, inclusive com agravantes, especialmente quando tal intento derivar ou estiver a serviço de ordens do poder instituído; tal legislação não é suficiente para se evitar políticas discriminatórias e centradas na violência como meio quando provindas do Estado. Se este estipular políticas de confronto ou de repressão contra qualquer grupo: imigrantes, estrangeiros, pobres, cidadãos divergentes ideologicamente; como poderíamos nos proteger ou garantir a vida e os direitos humanos perante as ações do Estado, especialmente quando estas ações se aproximarem de práticas genocidas?

Finalizando, esta lei brasileira sobre os crimes de genocídio é insuficiente, incapaz de fazer evitar novas ações genocidas: de indivíduos, grupos ou do próprio Estado. Ela apenas procura estipular punição quando posteriormente já realizada a matança ou infringido o sofrimento. Mas, mesmo assim, não suficientemente forte para evitar ações genocidas ou violentas praticadas pelo próprio Estado, por meio de seus poderes e autoridades. Afinal, praticado o extermínio contra um indivíduo a pena será quase proporcionalmente a mesma se praticado o mesmo crime com critérios de extermínio a grupos ou um coletivo de pessoas centradas em critérios de identificação mútuos: raça, religião, etnia etc. Referida legislação se mostra extremamente temerária se tal prática resultar dos poderes constituídos, seus agentes e autoridades, porque, o risco de não punição será muito maior.

Referências bibliográficas

ABBOUD, Georges. **O Mito do Interesse Público sobre o Privado: A dimensão constitucional dos direitos fundamentais e os requisitos necessários para se autorizar restrição a direitos fundamentais.** Revista dos Tribunais, São Paulo, RT 907, p. 61-119, mai. 2011, p. 64.

ADORNO, Sérgio. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. In Miceli, Sérgio (org) O que ler na Ciência Social brasileira (1970-2002). São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2002, Volume 4.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

—. **O que resta de Aushwitz**. São Paulo: Biotempo Editorial, 2008.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília: UnB, 1985.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: UnB Editora, 1998.

LEMKIN, Raphael. **Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress**. Washington: Endowment for International Peace, 1944.

MARTINEZ, Gregório Peces-Barba et al. **Leciones de Derechos Fundamentales**. Madrid: Dykinson, 2004.

SOUZA, Luis Antonio Francisco de. **Violência, Crimes e Políticas de Segurança Pública no Brasil Contemporâneo**. In: SOUZA, Luis Antonio Francisco de (Org.). Políticas de Segurança Pública no Estado de São: Situação e Perspectiva a partir das Pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TSUNODA, Flavio Luis; BORGES, Débora Cristiane de Almeida. **Direitos Humanos e Democracia no Brasil, Perspectivas para os Direitos Humanos**. In: SOUZA, Luis Antonio Francisco de (Org.). Políticas de Segurança Pública no Estado de São: Situação e Perspectiva a partir das Pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **En Torno de la Cuestión Penal**. Tucumán: Julio Cezar Faria Editor, 2005.